Revisão Periódica Universal (CDH/ONU), Genebra, 14 Nov 2022  
— Discurso da ministra Cristiane Britto (1º bloco) —

Senhor presidente do Conselho de Direitos Humanos,

Excelências,

Senhoras e senhores,

É uma grande honra representar o Brasil nesta quadragésima-primeira sessão do Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal.

O Brasil saúda o mecanismo da Revisão Periódica Universal, destacando que esta é a nossa quarta participação no exercício. Entendemos que este é um dos espaços de discussão mais importantes do sistema das Nações Unidas.

No início deste quarto ciclo, temos a tarefa de reportar à comunidade internacional os avanços e desenvolvimentos nacionais em matéria de direitos humanos no período de 2017 a 2022. Cumpre recordar que, em 2019, o Brasil apresentou extenso relatório de meio período sobre as recomendações aceitas no terceiro ciclo. Foi a primeira vez que o país apresentou um relatório do tipo.

Aliás, poucos são os países que apresentam relatórios de meio período ao mecanismo da RPU, até porque essa é uma iniciativa opcional. O Brasil o fez numa inequívoca demonstração de seu comprometimento com a transparência na condução de sua política de direitos humanos. A atitude confirma, em especial, a importância dada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro ao estrito cumprimento dos compromissos internacionais do Estado brasileiro. Com essa premissa, na presente gestão do governo federal, iniciada em 2019, o Brasil zerou o passivo de relatórios atrasados, que não eram entregues em gestões anteriores. Apenas para ilustrar, registro que o relatório atrasado há mais tempo não era submetido pelo Brasil desde 2003. Hoje, não temos nenhum relatório pendente e absolutamente todos os relatórios devidos nos últimos quatro anos foram enviados no prazo.

Para o Brasil, o terceiro ciclo da RPU foi, certamente, o mais participativo de todos. A submissão, por parte do Estado, de um relatório de meio período estimulou a sociedade civil a entregar, também pela primeira vez, um “relatório sombra” de meio período. A proatividade do governo brasileiro também deu ensejo à instalação, pela Câmara dos Deputados, do chamado Observatório Parlamentar da RPU, criado com o apoio do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.

O Observatório Parlamentar da RPU elaborou relatórios preliminares temáticos sobre diferentes grupos de recomendações, que foram debatidos ao longo de vinte e seis audiências públicas, as quais contaram com a participação de representantes estatais e de organizações da sociedade civil, além de especialistas internacionais. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos — a Pasta que dirijo — participou de todas essas audiências públicas.

Pois bem, o relatório final do terceiro ciclo que será objeto de debate na presente sessão foi submetido a amplo processo de consulta pública, com as mais diversas instituições da sociedade. Disponibilizamos o texto do relatório para coleta de impressões no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por quase 50 dias. Foi feita ampla divulgação nas redes sociais do Ministério e em sua página eletrônica. Também solicitamos ao escritório da ONU no Brasil a divulgação do relatório às organizações e atores interessados.

Como fruto dessa divulgação, o relatório recebeu comentários da Defensoria Pública da União e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Em maio de 2022, o governo federal também participou de consulta pública para debater a minuta do relatório com representantes da sociedade civil, da Câmara dos Deputados e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Além disso, em outra abordagem inovadora da presente gestão, ampliamos a consulta para as unidades da Federação, solicitando contribuições ao relatório. Para tanto, consultamos todas as secretarias estaduais responsáveis pelos temas de direitos humanos e desenvolvimento social.

A propósito, gostaria de dar especial destaque a uma iniciativa da atual gestão do governo federal. Em 2020, o Ministério que dirijo realizou uma série de oficinas de divulgação e sensibilização dos servidores públicos sobre as recomendações recebidas pelo Brasil no terceiro ciclo da RPU.

Como resultado, pela primeira vez na história, o governo federal incluiu no planejamento de suas políticas públicas o critério de atendimento às recomendações da Revisão Periódica Universal, de forma que as ações de cada uma das nossas unidades integrantes da Pasta de Direitos Humanos pudessem refletir e compreender os entendimentos construídos neste espaço a que hoje estamos de volta.

Ademais, enfatizo que, desde a nossa última participação na RPU, o governo federal obteve sucesso em instituir um Mecanismo Nacional de Relatórios e Acompanhamento, em linha com as orientações gerais da Organização das Nações Unidas, o que nos permitiu, como mencionei anteriormente, entregar todos os relatórios atrasados, submeter tempestivamente todas as novas demandas de relatórios, bem como conduzir um processo amplamente participativo de implementação e monitoramento da RPU.

Senhoras e senhores, estou aqui hoje acompanhada de robusta delegação do Brasil, incluindo representantes e altas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Durante esta tarde, vários de meus colegas tomarão a palavra para externar o cenário atual de proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil, numa ampla gama de temáticas.

Reitero, assim, o compromisso inabalável da República Federativa do Brasil com a promoção, proteção e garantia dos direitos humanos para todos.

Passo agora a palavra para o embaixador Tovar da Silva Nunes, representante permanente do Brasil junto à ONU em Genebra.

Muito obrigada.